

Lista de Presença – 15ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de 2020		
Data: 17/09/2020	Horário: 8h30	Local: videoconferência
REPRESENTANTES		
Nome	Câmara Técnica	
Camila Clementina Arantes	CTGI	
Josué Barranco	CTPA	
Camila Candiles	CTGI/CTMH	
Alfredo Pisani	CTMH	
Gabriel Sousa Alves	CTMH/CTGI	
Natacha Yukie Nakamura	CTGI	
José Luiz Albuquerque Filho	CTGI	
Luciana Travassos	CTPA	
Reginaldo Pereira Lima	CTEA/CTMH/CTPA	
Cátia Regina Macagnan	CTEA	
Marta Marcondes	CTEA	
Gerson Salviano	CTMH	
Laura Stela Naliato Perez	CTGI	
Solange Wuo Franco	CTEA	
Marcelo Rodrigues da Motta	CTPA	
Márcia Nascimento	CTPA	
Jaqueline Bória	CTPA	
Jumara Bocatto	CTGI e CTPA	
CONVIDADOS		
Hélio Suleiman	FABHAT	
Beatriz Vilera	FABHAT	
Mayara Aboud Trivinho	FABHAT	
Valburg Junior	FABHAT	
Larissa Cristina Silva	FABAHT/Secretaria Executiva	
Karin Kelly	GT-CA, GT-M	
Camila Gimenez	OIA	
Fernando Luchiari		
Amanda	SEMAE	
José Carlos Orosco		
Paulo Alberto		
Oswaldo	CIGABC	

Livia Rosseto	Consórcio do ABC
Brigida Sacramento	CONISUD
Tayna Gabrielle Martinho	
Rafael Martese	
Luccas Guilherme Rodrigues	
Priscila Ikematsu	
Fernanda Luchiari	

Camila Arantes (UFABC), coordenadora da CTGI, iniciou a reunião às 9h e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta seria a análise dos recursos/complementações sobre a inabilitação pelo não atendimento ao artigo 5º da Deliberação CBH-AT nº 101/2020 e discussão dos projetos de nº 01 a 04.

1. Análise de recursos

Todos os 6 projetos considerados inabilitados apresentaram recurso ou complementações, são eles:

- OIA: Implantação de fossas sépticas com biofiltro de alta performance e biosistemas nas áreas de proteção e recuperação de mananciais Billings e Guarapiranga;
- SEMASA: Projeto Drenagem na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM-B do Município de Santo André - SP;
- PM de Rio Grande da Serra: Contratação de Empresa para Execução de Obras de Infraestrutura (micro e macrodrenagem) no Município de Rio Grande da Serra /SP.
- FAUSCS: Billings spp: Uma Espécie viva sendo estudada;
- PM de Embu Guaçu: Implantação do Sistema de Coleta Seletiva e Tratamento de Resíduos Sólidos no município de Embu-Guaçu;
- CEA UMAPAZ: Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social do Reservatório / APRM Guarapiranga.

Todos apresentaram as complementações necessárias e foram considerados aptos para continuar no processo de avaliação.

Para o caso do recurso apresentado pela PM de Rio Grande da Serra, a documentação foi encaminhada em 14/09 (segunda-feira), fora do prazo, que seria até dia 11/09 (sexta-feira). Porém, foi aceito como excepcionalidade decorrente das dificuldades impostas pela pandemia, já que apresentaram os documentos necessários.

Além disso, houve uma discussão sobre a necessidade do termo de disponibilidade do terreno nesse momento com relação ao projeto da PM de Rio Grande da Serra, devido a utilização de área pertencente à CTPM. Hélio Suleiman verificou que esse documento depende da solicitação da CETESB no momento do licenciamento ambiental. Nesse sentido, tendo em vista que o

tomador apresentou o protocolo do licenciamento na CETESB, não será solicitado a documentação, ficando para análise do agente técnico.

E para o caso do recurso apresentado pela PM de Embu Guaçu, foi encaminhado como projeto básico apenas a planta baixa, porém são necessários mais documentos. Por solicitação da coordenadora da reunião, Jumara esclareceu que possui o restante dos documentos, mas que acabou não sendo enviado. Nesse caso, ficou decidido por manter o projeto para análise, e acordado que o complemento do projeto básico deve ser encaminhado mais adiante.

Ainda considerando o projeto de Embu, Camila explicou que os projetos relacionados a resíduos sólidos precisam estar muito bem embasados na relação com a conservação e proteção dos recursos hídricos, pois essa questão vem se afunilando na Coordenadoria de Recursos Hídricos.

2. Análise dos projetos de 1 a 4

Análise do projeto 1 – Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de Caieiras (PM de Caieiras)

Analistas: Gerson Salviano (CTMH) e Melissa Graciosa (CTGI/CTMH)

Apresentação: Gerson

Representante de Caieiras: Reginaldo

Antes de iniciar a análise realizada, Gerson questionou como será o critério empregado para avaliação do benefício às áreas de mananciais.

Nesse sentido, ficou decidido: se a intervenção beneficiar as APM/APRM, mesmo que parcialmente (independente do percentual), ela será aceita para atender o artigo 3º das disposições transitórias da Lei nº 12.183/2005. Benefícios que eventualmente ocorram a partir de intervenções fora da APM/APRM não serão considerados nessa segunda chamada, pois a deliberação não contempla essa situação.

Com relação ao projeto, destacou os seguintes itens:

- Na introdução e justificativa do TR deve considerar a questão dos processos erosivos e deslizamentos;
- Em objetivos gerais deve ficar claro que será levado em conta a questão da micro e macro drenagem;
- Com relação à área de estudo, identificar a mancha urbana;
- Verificação a população atendida;
- Grande parte da metodologia está em produto, tem que ajustar de acordo com a Deliberação CBH-AT 101/2020;
- Detalhar as metas e ações.

Reginaldo comentou que a participação do Tomador nas reuniões é importantíssima, tendo em vista os detalhes das orientações e explicações.

CONCLUSÃO: necessita de complementação.

Análise do Projeto 2 - Mapeamento de áreas prioritárias para investimentos em conservação e recuperação da qualidade ambiental dos mananciais da Região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo (CONISUD)

Analistas: Camila Candiles (CTGI) e Luciana Travassos (CTPA)

Apresentação: Camila Candiles

Representante: Brigida Sacramento

Camila explicou que a maior parte dos itens são ajustes, elencando alguns principais:

- Apresentar o tópico de parcerias dentro do TR;
- Metodologia deve ser mais bem detalhada. Como exemplo no formato da divulgação, apresentação de como o projeto vai impactar as prefeituras e identificar o público-alvo do curso;
- Explicar como se dará a sustentabilidade do projeto após sua conclusão.

Luciana Travassos acrescentou que o CONISUD precisa se comprometer em fazer articulações com as prefeituras, a inserção das informações colocadas em suas várias leis, como Plano Diretor, Uso e Ocupação do Solo. Sugeriu ainda a formação de um GT para levar aos planos municipais.

Márcia Nascimento (SIMA) disse que realizou a leitura e apresentou algumas considerações com relação aos objetivos do trabalho:

Informou que o próprio PDPA do Guarapiranga já identificou as áreas de interesse em conservação a partir de um vasto levantamento. Nesse sentido questiona qual será a tipologia de levantamento e se irá avançar para características de qualificação da vegetação e considerar os estudos já realizados para não sobrepor informações. Sugeriu perguntar para a representante legal do projeto.

Camila (SEMAE) disse que de acordo com o termo de referência, a metodologia e objetivos específicos previstos, entende que é somente um mapeamento indicativo das áreas onde serão realizadas as ações e que não apresenta o nível de caracterização.

Nesse sentido, após solicitação da coordenadora da reunião, Brigida esclareceu que o projeto irá considerar os estudos já realizados e que visa uma complementação do que é conhecido.

CONCLUSÃO: necessita de complementação.

Análise do Projeto 3 – Implantação de fossas sépticas com biofiltro de alta performance e biossistemas nas áreas de proteção e recuperação de mananciais Billings e Guarapiranga (OIA)

Analistas: Gabriel Souza Alves (CTMH) e Marta Angela (CTEA)

Apresentação: Gabriel

Representante: Camila Gimenez

Os principais pontos levantados pela apresentação de Gabriel foram os seguintes:

- Incompatibilidade de valores no cronograma e planilha orçamentária com relação à contrapartida;
- Apresentação de anuência de apenas 20 sítios de fossas sépticas, sendo que o total são 74;
- Deve realizar o alinhamento da introdução e justificativa com o Plano de Bacia;
- Considera que a população diretamente serão apenas as pessoas beneficiadas pela tecnologia;
- Na metodologia é apresentada a realização de 2 encontros pedagógicos com carga de 8h, o que considera uma carga horária muito densa e sugeriu fragmentar os encontros e horários;
- Deve constar a justificativa da utilização da tecnologia proposta;
- As metas não apresentaram os indicadores. Deve constar de maneira a relacionar com o benefício ao recurso hídrico metas bem embasadas e identificadas no que se diz à quantidade de remoção do efluente domésticos (carga orgânica) e corpos hídricos que serão afetados;
- Como se dará a sustentabilidade do projeto após a conclusão.

Márcia Nascimento (CTPA) também pontuou algumas questões:

- O projeto não explicita as leis aplicadas nas áreas de APM/APRM;
- Por se tratar de APRM, precisa de licenciamento;
- Deve esclarecer melhor o alcance de melhoria regional além das 74 propriedades, considerando a Bacia Guarapiranga e Billings.

Sobre as cartas de anuência, Beatriz (FABHAT) esclareceu que já consultou o agente técnico anteriormente e que para este tipo de projeto não há necessidade de anuência dos moradores.

Um ponto que gerou bastante discussão foi sobre a necessidade ou não do licenciamento. Essa questão ficou pendente e a CETESB será consultada.

CONCLUSÃO: Necessita de complementação para nova análise e será verificado a questão do licenciamento.

Análise do Projeto 4 - Plano Regional de Sinalização e Identificação Visual dos mananciais e dos recursos hídricos da Bacia do Alto Tietê no âmbito das áreas de proteção e recuperação dos mananciais afetas aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (Consórcio ABC)

Analistas: Jumara Bocatto (CTPA) e Andreia Cristina (CTEA).

Apresentação: Jumara

Representante: Livia Rosseto (Consórcio do ABC).

Os principais pontos levantados foram os seguintes:

- De maneira geral o projeto está bem escrito;
- Não detalha de que maneira cada município irá contribuir na parceria;
- Faltou o detalhamento de como medir e avaliar o resultado;

Laura Stela (CTGI) questionou sobre a necessidade de aquisição dos equipamentos, em especial o mobiliário, para elaboração do Plano, tendo em vista a contratação de uma terceirizada. Beatriz esclareceu que as justificativas dos materiais estão na página 19 do TR.

Livia Rosseto, a pedido da coordenadora da reunião, esclareceu que os equipamentos serão necessários para elaboração do projeto, mas é possível fazer o ajuste.

Camila propôs solicitar uma revisão da necessidade do mobiliário considerando o tamanho da equipe do Consórcio.

CONCLUSÃO: necessita de complementação.

Para os 4 projetos analisados serão solicitadas complementações considerando o que foi discutido na reunião e também os apontamentos efetuados pelos analistas na planilha de análise, que será compilada e enviada para o proponente tomador.

A reunião se encerrou às 13h40.